

Ata da 241ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida por meio de videoconferência, nos dias 10 a 13 de junho de 2021, Gestão 2020-2023 –
Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.

1 Nos dias dez a treze de junho de dois mil e vinte e um, reuniram-se, por meio de
2 videoconferência (Plataforma *Teams*), as conselheiras constantes da lista de presença em termo
3 próprio, para participarem da 241ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno, conforme
4 convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS Nº 19/21, de 24 de maio de 2021.
5 Estiveram presentes em todos os dias e horários à reunião as(o) seguintes conselheiras(o): Maria
6 Elizabeth Santana Borges (Conselheira Presidente); Maria Rocha (Conselheira Vice-
7 presidente); Dácia Cristina Teles Costa (Conselheira 1ª Secretária); Kelly Melatti (Conselheira
8 1ª Tesoureira); Francielli Borsato (Conselheira 2ª Tesoureira); Lylia Rojas (Conselheira
9 membra do Conselho Fiscal); Alessandra Dias (Conselheira membra do Conselho Fiscal);
10 Elaine Pelaez (Conselheira 1ª Suplente); Carla Pereira (Conselheira 2ª Suplente); Mauricléia
11 Soares dos Santos (Conselheira 3ª Suplente); Emily Tenório (Conselheira 6ª Suplente); Ruth
12 Bittencourt (Conselheira 7ª Suplente); e Eunice Damasceno (Conselheira 8ª Suplente). Das
13 ausências previamente justificadas, registra-se que não participaram do Pleno as conselheiras
14 Daniela Möller (Conselheira 2ª Secretária), Priscilla Cordeiro (Conselheira membra do
15 Conselho Fiscal); e Dilma Franklin (Conselheira 5ª Suplente) por motivos de saúde. A
16 conselheira Kênia Figueiredo (Conselheira 9ª Suplente) ingressou após o início da sessão do
17 dia 10/06 por estar em representação externa do Cfess sem prejuízo de sua participação nos
18 demais momentos, do mesmo modo, a conselheira Eunice se ausentou no dia 11/06 devido a
19 compromisso no trabalho. Cumpre informar que o conselheiro Agnaldo Knevitcz (Conselheiro
20 4ª Suplente) está licenciado no período de 24 de maio a 21 de setembro de 2021. Participaram
21 do encontro de modo alternado, conforme as pautas tratadas: assessorias especiais Adriane
22 Tomazelli, Cristina Abreu e Zenite Boga; assessorias jurídicas Érika Medeiros e Sylvia Terra;
23 assessoria de comunicação: Rafael Werkema; Jornalista: Diogo Adjuto; e a trabalhadora Sandra
24 Sampe. **No dia dez de junho, a partir das dezenove horas e quinze minutos (19h15min)**, a
25 Presidenta Beth Borges iniciou o Pleno cumprimentando a todas as pessoas presentes, fala da
26 necessidade de ser objetivar devido a extensão da pauta. Logo após, submeteu a pauta para
27 apreciação do Colegiado que a aprovou conforme anexo, com a inclusão dos seguintes pontos:
28 discussão sobre a Plenária Nacional e ressarcimento no item da Diretoria Executiva;
29 desforamentos de processos éticos em relação à 21ª Região/MS, na Comissão de Ética e
30 Direitos Humanos (CEDH); informações sobre convite da Frente Telessaude, na Comissão de
31 Seguridade Social; apreciação da ata da 240ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS
32 realizada em abril de 2021. Seguiu-se o ponto de informes. O informe sobre o Fórum de
33 Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão) foi apresentado pela
34 conselheira Maria Elizabeth Santana Borges e pelo assessor jurídico Vitor Alencar, que
35 relataram a participação em reunião que debateu a proposta de Emenda à Constituição - PEC
36 108/2019, que determina o fim da obrigatoriedade de profissionais se inscreverem em conselhos
37 de classe; a PEC 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e
38 organização administrativa e discussões sobre o exercício profissional de não brasileiras/os,
39 sendo formados Grupos de Trabalho (GT) para elaborar proposições sobre os temas. Os
40 encaminhamentos são os seguintes: elaboração, publicação e envio aos Conselhos Regionais de
41 Serviço Social (CRESS) e parlamentares de documento com posicionamento do Cfess sobre a
42 PEC 108/2019; envio da síntese dos pareceres jurídicos do CFESS sobre a natureza jurídica dos
43 conselhos aos CRESS; incidências junto a/aos deputadas/os Comissão de Constituição e Justiça
44 (CCJ). O segundo informe versou sobre a participação do CFESS na reunião remota da Frente
45 Parlamentar de Apoio aos Conselhos Profissionais, por meio da conselheira Maria Rocha. A

46 reunião tratou da PEC 108/2019 e estratégias de articulação política e de diálogo com a
47 sociedade no sentido da defesa dos conselhos profissionais vinculados a interesses sociais. O
48 ponto seguinte se referiu a organização sindical de assistentes sociais, sendo afirmada a
49 compreensão sobre a importância de discutir a temática de modo a contemplar o debate
50 histórico na década de 1980 e na atual conjuntura. Foi lembrada a decisão política do conjunto
51 CFESS-CRESS de defesa da organização sindical por ramo de atividade. O encaminhamento
52 foi de realização de discussão sobre o tema em reunião do conselho pleno, em data a ser
53 definida, tendo como sugestão de convidadas Socorro Cabral e/ou Sonia Lucio Lima. O item
54 posterior tratou de avaliação da discussão realizada com Ana Elisabeth Mota em reunião deste
55 conselho, sendo apontada a relevância do debate realizado, com destaque para a explicitação
56 de um panorama geral neste contexto de adversidades, os desafios do trabalho profissional nessa
57 conjuntura, a sociabilidade de resistência no serviço social, o serviço social na pandemia, a
58 importância de compreender o perfil das/os assistentes sociais e as novas requisições e a
59 necessária inserção nas mobilizações em defesa de direitos da população que atendemos e das
60 políticas sociais com as quais trabalhamos. Foi debatida especificamente a inserção do CFESS
61 nos Atos em defesa de vacina para todas as pessoas, contra a Reforma Administrativa (PEC
62 32/2020) e pelo Fora Bolsonaro. O encaminhamento foi a elaboração de material de
63 comunicação convocando para os atos e a participação nos mesmos, tendo em vista a
64 articulação das medidas governamentais regressivas com as questões concretas do exercício
65 profissional de assistentes sociais e da vida da população usuária das políticas sociais que
66 atendemos cotidianamente. **No dia 11 de junho de 2021, a partir de 14:02** teve início o
67 segundo dia de reunião do conselho pleno. Foi debatido o item pautas urgentes, que
68 compreendeu os limites da gestão virtual e encaminhamentos da reunião de 08 de maio de 2021
69 sobre o planejamento e as prioridades da gestão. A apresentação da síntese das atividades
70 previstas para 2021 e as prioridades foi realizada pela conselheira Maria Elizabeth Santana
71 Borges, conforme registrado a seguir. Planejamento de ações prioritárias das seguintes
72 comissões: Comissão de Ética e Direitos Humanos; Comissão de Orientação e Fiscalização;
73 Comissão de Comunicação; Comissão de Formação Profissional e RI; Comissão
74 Administrativo-Financeiro; Comissão de Seguridade Social Ampliada. Reflexões que
75 referenciam a delimitação de prioridades: pensar o monitoramento a partir da avaliação dos
76 resultados alcançados e da relação destes resultados com a entidades CFESS; identificar em
77 que medida as deliberações concretizadas sob a forma de projetos e atividades; apresentar a
78 totalidade dos objetivos, compromissos e tarefas da entidade, correlacionando-os com as
79 condições concretas para a realização das atividades e ações planejadas; analisar a
80 sustentabilidade e organicidade das suas funções. Atividades e projetos destacados pelas
81 comissões: Atividades/Projetos iniciados: - Tema: Contra a Criminalização das mulheres e
82 Relações de Gênero e Violência contra as mulheres. Encaminhamento: Reuniões com a Frente
83 Nacional contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto; Intercomissões:
84 CEDH; - Tema: Povos Originários: Dia do/a Assistente Social de 2021 e que pode ser estendida
85 também para a questão das mulheres na campanha da gestão. Encaminhamento: Reuniões,
86 lives, cards, etc; Intercomissões: CEDH e Comcom; -Tema: Debater com as/os assistentes
87 sociais em seus espaços sócio-ocupacionais, sobre a questão do aborto, considerado questão de
88 saúde pública, direito sexual e reprodutivo das mulheres e das pessoas que engravidam.
89 Encaminhamento: Agendar reuniões; Intercomissões: Cofi, C.SSA, CEDH; - Tema:
90 Produção de orientação sobre o teletrabalho e com relação ao uso da tecnologia da informação
91 e comunicação (TIC). Encaminhamento: Elaboração do texto; Intercomissões: COFI, CEDH,
92 CFP, CSSA e Cocom; - Tema: Debate sobre a concepção de responsabilidade técnica de
93 assistentes sociais, com posterior construção de documento sobre o tema e aperfeiçoamento da
94 Resolução vigente. Encaminhamento: Apresentar análise das legislações e concepção de

95 responsabilidade técnica; Intercomissões: Cofi e Adm-Fin; - Tema: Campanha de
96 Gestão. Encaminhamento: Realizar reuniões. Intercomissões: Cocom; - Tema: Dia do/a
97 Assistente Social. Encaminhamento: Concluído no mês de maio; Intercomissões: Cocom; -
98 Tema: Encontros Descentralizados. Encaminhamento: Instituir a comissão organizadora
99 para o Encontro Nacional; Intercomissões: Todas as comissões; - Tema: Defesa da Política de
100 Educação e o Serviço Social na educação, bem como da Assistência Estudantil.
101 Encaminhamento; Intercomissões: CSSA, CFP, Cofi, Cocom; - Tema: Defesa da Política de
102 Criança e Adolescente e do Serviço Social nessa política. Encaminhamento: intercomissões:
103 CSSA, Cocom; - Tema: Defesa do projeto ético-político e da Seguridade Social Ampliada.
104 Encaminhamento: Realizar reuniões conjuntas. Intercomissões: CSSA, CFP, CEDH, Cofi,
105 Cocom; - Tema: Relações interinstitucionais - Articulação com a ABEPSS. Encaminhamento:
106 Dar continuidade as articulações Intercomissões: CFP, Cofi e CSSA; - Tema: Publicações de
107 vários temas/assuntos demandados pelas comissões. Encaminhamento: socializar o
108 planejamento e cronograma de publicações. Intercomissões: Cocom e demais comissões; -
109 Tema: Projeto editorial da agenda 2022. Encaminhamento: Dar sequência ao cronograma da
110 cocom. Intercomissões: Cocom; - Tema: 12ª Conferência Nacional de Assistência Social.
111 Encaminhamento: Preparar textos e arte gráfica para cobertura. Intercomissões: CSSA e
112 Cocom; - Tema: Defesa da Formação e do Trabalho. Encaminhamento: dar continuidade às
113 ações desenvolvidas. Intercomissões: CFP e Cofi e CSSA. - Tema: Atualizar e aprimorar as
114 normativas internas do Conjunto Cfess-Cress. Encaminhamento: Realizar estudos sobre a
115 Resolução CFESS n.º 446/2003 (Diárias) e sobre a Resolução 476/2005 (Fundo Nacional de
116 Apoio aos CRESS, SECCIONAIS e CFESS). Comissão: C.Adm-Fin. - Tema: Padronização de
117 Inscrição de pessoa física e jurídica. Encaminhamento: Retomar as reuniões do GT Nacional.
118 Intercomissões: C.Adm-Fin, Cofi e CFP. - Tema: Articulações políticas internacionais do
119 CFESS com os/as trabalhadores/as e suas representações. Encaminhamento: Dar continuidade
120 às articulações. Intercomissões: CFP e RI; - Tema: Realizar avaliação nacional do sistema
121 integrado de gestão administrativa do conjunto CFESS/CRESS. Encaminhamento: Dar
122 prosseguimento as ações planejadas. Intercomissões: C.Adm-Fin e demais comissões; - Tema:
123 Padronizar e aprimorar as iniciativas de transparência do Conjunto CFESS-CRESS.
124 Encaminhamento: Concluir as adequações no Portal do CFESS e monitorar os portais dos
125 Cress; Intercomissões: C.Adm-Fin e Cocom. - Tema: Avaliar e aprimorar, em conjunto com
126 os Cress e Cfess o Processo Eleitoral On-line. Encaminhamento: Concluir eleições 2020/2023,
127 dar sequência as reuniões (Estudo da legislação e análise dos relatórios produzidos no processo
128 de 2020). Intercomissões: C.Adm-Fin; - Tema: Sustentabilidade financeira; - Tema: Implantar
129 as adequações da LGPD para o Conjunto CFESS/CRESS. Encaminhamento: Concluir a
130 contratação da consultoria por meio de licitação. Intercomissões: C.Adm-Fin; - Tema: A
131 Instituir a Política de Diretrizes da Gestão Documental para o conjunto CFESS-CRESS.
132 Encaminhamento: Dar prosseguimento às ações desenvolvidas. Intercomissões: C.Adm-Fin e
133 Diretoria Executiva; - Tema: Gestão Administrativa e do Trabalho. Encaminhamento:
134 Reorganizar o processo de trabalho e novos enquadramentos funcionais - contratação da
135 consultoria. Intercomissões: CPT e Diretoria Executiva; -Tema: Manter e desenvolver as
136 relações de trabalho. Encaminhamento: Conhecer e analisar o Acordo coletivo. Intercomissões:
137 CPT e Diretoria Executiva; - Tema: Controle do Conjunto CFESS -CRESS. Encaminhamento:
138 Editar a portaria e realizar a primeira reunião com a Comissão Especial. Intercomissões:
139 Diretoria Executiva (tesouraria) e Conselho Fiscal. Atividades/Projetos previstos (não
140 iniciados): Tema: Depoimento Especial e Escuta Especializada; Tema: Combate ao Preconceito
141 e fomento à atuação profissional na luta antirracista (Quesito raça/cor). A Cedh definiu
142 contratação de especialista, mas é necessária prévia conversa com os Regionais para debater o
143 assunto antes de contratação e da elaboração de documento, pois precisa de um norte inicial;

144 Tema: Centralidade da Ética; Tema: População em situação de rua; Tema: Acessibilidade (não
145 havia previsão, mas também possui ações vinculadas com outras comissões) – Atenção: estudo
146 anuidade pessoas com deficiência prioridade; Tema: Migrantes e refugiados (ver com
147 Alessandra); Tema: Geração, Pessoa Idosa (pouco material, consideramos prioritário) e com
148 Deficiência; Tema: Capacitação das CPEs (toda a comissão); Tema: Aprimoramento e
149 monitoramento das ações que envolvem denúncias, agravos, processos éticos e disciplinares
150 e recursos; Tema: Estudos sobre novas configurações do trabalho, diante da tendência à
151 “pejotização” por meio de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) e outras
152 modalidades; Tema: Trabalho profissional e Calamidade Pública (Projeto Aprimoramento das
153 ações de fiscalização profissional); Tema: Implantação do Centro Digital de Identidade, Cultura
154 e Memória da profissão e do Conjunto; Tema: Fortalecimento da Política Nacional de
155 Comunicação Conjunto CFESS-CRESS; Tema: Comunicação como direito humano; Tema:
156 Atualizar e aprimorar as normativas internas do Conjunto Cfess-Cress - Garantir espaço criança
157 nos espaços deliberativos do Conjunto CFESS-CRESS e, na medida do possível, estender
158 facultativamente a outros espaços das atividades do Conjunto; Tema: Normatizar as diretrizes
159 gerais do plano de ação anual e relatórios de gestão, como desdobramento do planejamento
160 estratégico; Tema: Cfess na Estrada (GT apresentará ao conselho pleno avaliação e nova
161 proposta em julho de 2021); Elementos para reflexão: o grande projeto prioritário da área
162 finalística será o “Defesa e valorização da profissão”: assegurar a defesa e a valorização da
163 profissão quanto à ética profissional, direitos humanos, seguridade social, formação, orientação
164 e fiscalização e a normatização do exercício profissional. No campo profissional, a entidade
165 deve ser avaliada quanto a sua capacidade de resposta a demandas profissionais. Há de haver
166 esforço em não fragmentar a compreensão da profissão, mas também demarcar o campo de
167 atuação precíua. Conhecer a realidade do trabalho profissional é fundamental, com a
168 contribuição de produções sobre a profissão e seus atuais dilemas ou respostas às demandas
169 institucionais. O quadro sócio-histórico atravessa e conforma o cotidiano do exercício
170 profissional, afeta as suas condições e as relações em que se realiza o exercício profissional,
171 assim como a vida dos (as) usuários (as) dos serviços sociais. A profissão responde por
172 necessidades sócio-históricas, suas demandas se atualizam diante das metamorfoses do mundo
173 do trabalho. Desde 2020, com a pandemia da Covid-19, o processo de entrada das Tecnologias
174 da Informação e Comunicação (TICs) no trabalho profissional de assistentes sociais passa a nos
175 desafiar, embora fosse algo que já estava sendo gradualmente proposto e incorporado. A
176 introdução das TICs e dos meios remotos repercute nos processos de trabalho em que nos
177 inserimos, na relação com outras profissões e trabalhadores/as, na relação com usuários/as e
178 nas condições éticas e técnicas de trabalho. Quanto à supervisão de estágio, é importante
179 provocar o debate a partir da dimensão político-pedagógica e crítica.

180 É fato que o teletrabalho não se apresenta do mesmo modo em todos os espaços sócio-
181 ocupacionais em que o Serviço Social está inserido, as principais demandas advêm dos
182 Tribunais de Justiça (TJs), Ministério Público (MP), Defensorias Públicas, Instituto Nacional
183 do Seguro Social (INSS) e educação. Na política de assistência social assegurar as condições
184 de trabalho frente à precariedade e à fragilidade dos vínculos de trabalho decorrentes das
185 contratações temporárias é um grande desafio. A precarização das relações de trabalho, tanto
186 no tocante às formas de inserção quanto no próprio processo de trabalho (intensificação da
187 jornada de trabalho e das formas de exploração). A atuação profissional não pode ser
188 desvinculada da questão social e das políticas sociais, não podendo ser a-histórica e focalista.
189 O trabalho de assistentes sociais, nos marcos do projeto ético-político profissional, exige o
190 enfrentamento às dificuldades e tensões e o reconhecimento e análise do lugar de
191 trabalhadoras/es, no contexto de pressões, assédios, embates, precarização do trabalho e
192 aumento do desemprego. A afirmação e defesa da autonomia profissional pode ser estratégica

193 no enfrentamento da barbárie capitalista e, Como nos lembrou Brites (2020) [1], “há que se
194 empreender necessário esforço para não se perder autonomia, para isto é preciso romper com o
195 isolamento do trabalho cotidiano e buscar referenciais do coletivo profissional”. Do ponto de
196 vista da dimensão administrativa e financeira, é princípio da Gestão a responsabilidade para
197 com o uso dos recursos advindos da categoria profissional, por meio do pagamento da anuidade,
198 para sustentação da entidade, que tem por finalidade normatizar e disciplinar as prerrogativas
199 profissionais e a defesa da ética profissional. Neste sentido, organizar a gestão, ordenar
200 despesas, manter e aprimorar a estrutura administrativa-financeira são tarefas que dão
201 continuidade a agenda política do Conjunto CFESS/CRESS. Para tanto, o “diagnóstico” vem
202 do funcionamento geral da Comissão Adm-Fin onde temos como prioridades: a relação com os
203 Cress; a organização e acompanhamento dos Sistemas Integrados; expedição do Documento de
204 Identidade Profissional - DIP; Sustentabilidade Financeira do Conjunto CFESS-CRESS,
205 planejando o uso dos recursos advindos da anuidade e aprimorando os mecanismos de controle
206 interno; planejamento e organização de documentos e arquivos.; aperfeiçoamento dos meios de
207 acesso à informação e proteção de dados. Em relação a Governança, é preciso algumas ações
208 imediatas para ter um patamar de serviços integrados. Aqui se aponta como prioridade o Projeto
209 de Redesenho Institucional (licitação em curso), sob a coordenação da diretoria executiva e
210 apoio da CPT. O quadro de pessoal deve ser ajustado; primeiro, ter uma coordenação gerencial
211 da estrutura administrativa; o funcionamento da equipe deve ser interligado; algumas funções
212 devem ser revistas, outras condensadas, outras ampliadas, outras extintas e outras criadas. É
213 importante aprimorar constantemente o funcionamento geral da entidade e o fluxo de demandas
214 entre conselheiras e equipes e entre as coordenações, estabelecer fluxos administrativos e da
215 relação com as demandas, disciplinar a circulação de documentos e e-mails para melhor
216 direcionamento de respostas. O encaminhamento foi a leitura, discussão e revisão do material
217 pelas coordenações das comissões do conselho, com a avaliação dos temas transversais que
218 precisam ser debatidos e operacionalizados intercomissões; Convocação para reunião
219 extraordinária de conselho pleno no mês de julho, para tratar sobre o planejamento das ações
220 do CFESS. Em seguida foram debatidas providencias imediatas de caráter organizativo, quais
221 sejam: realização de levantamento das perguntas frequentes encaminhadas com frequência ao
222 CFESS e formulação de respostas padrão para serem incluídas na sessão no site do Cfess:
223 “Perguntas Frequentes”; aprimoramento da organização dos ofícios de respostas, suas
224 assinaturas e trâmites; circulação de documentos pelo SISDOC; redimensionamento das
225 funções de assessorias; encaminhar discussão de proposta de criação do núcleo jurídico.
226 Seguiu-se o ponto de pauta sobre proposta de reunião geral com trabalhadores para consulta
227 sobre a avaliação da gestão. A conselheira Maria Elizabeth Santana Borges apresentou informes
228 da Diretoria Executiva e a conselheira Mauricleia Soares dos Santos colocou os informes sobre
229 a CPT. Apontam que as diversas reuniões realizadas contribuíram para pensar e repensar os
230 fluxos de trabalho e atribuições de trabalhadoras/es. Será realizada nova rodada de reuniões
231 para avaliação do trabalho realizado, com o objetivo de avançar na indicação das lacunas;
232 pontos fortes; natureza do trabalho, limites e possibilidades e propostas de mudanças. A
233 deliberação foi a realização da reunião proposta com os /as trabalhadores/as, em julho de 2021,
234 com a participação de toda gestão; envio de roteiro de avaliação, pela CPT, para subsidiar a
235 reunião. O ponto da Comissão de Comunicação compreendeu discussões sobre os seguintes
236 itens. A) Proposta de contratação de professora especialista em Comunicação no Serviço Social
237 (a professora doutora Claudiana Tavares Sgorlon, da Universidade Estadual de Maringá), para
238 apoio teórico-metodológico e operativo para realização e análise da pesquisa sobre a
239 comunicação do CFESS, conforme deliberação do Tema 3, das novas propostas do eixo
240 comunicação, aprovadas na Plenária Nacional CFESS-CRESS 2020. A deliberação do conselho
241 pleno foi pela aprovação da contratação referida e adoção dos encaminhamentos

242 administrativos financeiros para a contratação, em conformidade com a legislação vigente. B)
243 Proposta de contratação de profissional de comunicação, especialista em marketing digital e
244 redes sociais, para suporte técnico e analítico à realização da pesquisa da comunicação do
245 CFESS, conforme deliberação do Tema 3, das novas propostas do eixo comunicação, aprovadas
246 na Plenária Nacional CFESS-CRESS 2020. Foi apresentada a indicação do profissional Marcos
247 Paulo, que é analista de mídias sociais (social media) de outro conselho profissional (Conselho
248 Federal de Psicologia) e especialista em marketing digital, com competência para fornecer
249 contribuições técnicas da comunicação (ferramentas) para a realização da pesquisa e a
250 elaboração de diagnóstico técnico das ações do conselho no ambiente virtual, possui
251 comprovada experiência, com resultados expressivos no planejamento de conteúdo e
252 engajamento gerado para a entidade, o que atesta sua qualificação técnica e aponta sua futura
253 contribuição a esta entidade. O currículo do profissional inclui também experiências em
254 campanhas eleitorais e órgãos públicos, espaços que requerem saber técnico qualificado. O
255 profissional será contratado para fazer uma análise profunda das redes sociais do CFESS e
256 deverá apresentar um relatório técnico e proposições. A deliberação do conselho pleno foi pela
257 aprovação da contratação referida e adoção dos encaminhamentos administrativos financeiros
258 para a contratação, em conformidade com a legislação vigente. C) Reunião da Campanha do
259 triênio - tema: “mulheres: assistentes sociais contra o trabalho explorado, toda forma de
260 opressão e em defesa da vida”. A Comissão de Campanha do CFESS propõe agendar primeira
261 reunião: 17 de junho de 14h às 16h; avaliar necessidade de recomposição do GT; necessidade
262 do debate com o coletivo da gestão para construir elementos concretos a respeito da direção e
263 das linhas de pesquisa da campanha; necessidade de apontar alguns elementos/categorias para
264 contribuir com a campanha: sexualidade, aborto, classe, raça/cor, território, violência
265 doméstica, feminicídio, sexíssimo, abordar os corpos femininos, trabalho não reconhecido (seja
266 o trabalho doméstico, seja a relação com informalidade); dialogar com mulheres que estão
267 inseridas em movimentos de mulheres. A deliberação do conselho pleno foi pela incorporação
268 do tema a Campanha de gestão como ponto de pauta permanente nas reuniões do Pleno;
269 aprovação da conselheira da Dácia, para compor o GT sobre a Campanha do Triênio; **sugerir**
270 nomes de convidadas para um debate sobre o tema na reunião do conselho pleno de julho de
271 2021. D) Discussão e proposição de debates ao vivo – “lives”, com o objetivo de abordar
272 assuntos relacionados a defesa do trabalho profissional, da profissão, das políticas sociais e
273 direitos humanos na Pandemia. Foram propostos os temas: Serviço Social na Pandemia
274 (Calamidade; profissão); A luta em defesa do SUAS e a Conferência Nacional; Serviço Social
275 na Educação; O SUS é nosso! Vacina no Braço, Comida no prato!; Perfil das Assistentes
276 Sociais; - Serviço Social no combate ao racismo é todo dia!; Mulheres, Raça e Classe; -
277 Condições de trabalho de AS (Equipamento de Proteção Individual - EPI, Piso Salarial, Carga
278 Horária de 30h, Concurso Público; Precarização do trabalho; Reforma Administrativa);
279 Formação profissional de assistentes sociais; O Serviço Social no Mundo (RI). A deliberação
280 do conselho pleno do CFESS foi pela realização dos debates ao vivo – “lives”; indicação das
281 professoras Ana Elizabeth Mota e Maria Elizabeth Santana Borges como palestrantes no
282 primeiro debate; elaboração de planejamento e calendário, contemplando articulação com os
283 CRESS; elaborar materiais, como vídeos curtos, cards; consultar os Cress sobre o interesse em
284 retransmitir os debates ao vivo - “lives”; apresentação de temas relacionados ao trabalho a ser
285 realizada pela COFI na reunião do conselho pleno de julho de 2021. E) Avaliação das atividades
286 de comemoração do dia da/o assistente social em 15 de maio de 2021. A avaliação foi de acerto
287 sobre a escolha do tema, significativa mobilização dos CRESS, ressonância do tema nacional
288 nas atividades realizadas nos estados, importância da visibilidade do tema para a categoria e
289 potência da estratégia de debate ao vivo – “live” conjunta. Foi destacada a importância do papel
290 da assessoria de comunicação, o trabalho envolvido e a retransmissão do debate ao vivo

291 “live” nacional pelos regionais, uma forma de construção coletiva que teve adesão e
292 envolvimento dos regionais e nos dá uma nova dinâmica. Foi ponderado que teria importante
293 ter uma representante de movimento indígena no debate. As atividades deste dia foram
294 encerradas as 19:43. **No sábado, dia 12/06, o terceiro dia de reunião de Conselho Pleno foi**
295 **iniciado às 09h15min** sendo coordenado pela manhã pela conselheira Mauricléia que informou
296 que a pauta seria iniciada pela COMISSÃO DE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO. Foram
297 discutidos os itens a seguir. A) GT Dip: emissão dos lotes e novas providências. Informado que o
298 GT DIP tem envidado esforços para acabar com os passivos existentes, está sendo avaliada a
299 descentralização dos procedimentos para confecção de DIP, estudada a possibilidade de
300 instituir documento digital e de aporte financeiro do CFESS aos CRESS para efetivar esse
301 processo, especialmente quanto a digitalização da imagem. Explicado que os Cress que tem uma
302 estrutura mínima de atendimento e que atende cotidianamente a categoria, sendo possível de ser
303 operacionalizada a migração e importante que tal definição ocorra em conjunto com os Regionais, de
304 modo coletivo. Recuperado que no Encontro Nacional deliberou o material de uso e pode ser necessário
305 mudar esse material, embora não o *layout*, mas ainda não temos uma definição para o qual será migrado.
306 O tema necessitará de consulta e aprovação em plenária nacional. Informado que emitir o documento
307 digital junto com o documento de identidade profissional facilitaria o uso do aplicativo da carteira a qual
308 aguarda, ponto a ser também apreciado em Plenária.
309 A deliberação do conselho pleno foi aprovação da proposta de descentralização de confecção
310 do DIP, além de pensar na possibilidade de DIP digital; a apresentação da proposta na Plenária
311 Nacional do conjunto CFESS-CRESS; aprovado as propostas de apoio financeiro aos Cress, a
312 depender das demandas apresentadas pelos Regionais; consulta aos Cress a fim de contribuir
313 com a elaboração de um Plano de Providências para que o Cfess possa avaliar o apoio financeiro
314 para o desenvolvimento das ações propostas de digitalização do DIP; realização de reunião com
315 os CRESS em julho de 2021 com o objetivo orientar sobre o DIP; intensificação do diálogo
316 com a categoria em articulação com a Comissão de Comunicação; reunião com a Comissão de
317 Comunicação para buscar estratégias de informação à categoria sobre a DIP. B) Proposta de
318 Projetos especiais para aporte financeiro aos conselhos regionais. Foi apresentada a sugestão sobre a
319 possibilidade e viabilidade de Projetos especiais para aporte dos Cress para utilização do
320 provável superávit do Cfess. Destacou-se que o apoio financeiro proposto não trata do aporte
321 que é solicitado ao Fundo de Apoio, mas é importante para garantir a sustentabilidade de alguns
322 regionais. a proposta de apoio financeiro para aspectos cotidianos para resolução de problemas
323 que garantam o pleno funcionamento da estrutura e dos serviços que são oferecidos a categoria
324 e não de inovação e particularizado em cada Regional. A assessoria contábil, na pessoa de
325 Vilmar Medeiros, fala da necessidade desses aportes que deve ser precedido de convênio e/ou
326 projeto e da consequente prestação de contas, assim, ve com bons olhos essa iniciativa que é
327 viável e fala inclusive de uma política de aporte para os conselheiros menores, como por
328 exemplo serviços de estrutura, mas que deve ser explicitado na definição do projeto e que é
329 algo pontual para que haja uma organização de cada Cress. A deliberação do conselho pleno
330 foi iniciar estudo para o desenvolvimento de proposta de projeto especial de aporte aos Cress,
331 com vistas ao fortalecimento da função precípua. C) Recomposição da Comissão Gestora do Fundo
332 (1 conselheira do Cfess). Explicado que a necessidade de recomposição em virtude do futuro
333 afastamento de duas conselheiras, Dilma Franklin e Priscila Cordeiro, que estão como titulares
334 da Comissão Gestora do Fundo. Sugerido que a conselheira Carla passe a ser titular e recompor
335 com duas conselheiras (titular e suplência). Indicadas as conselheiras Francieli Borsato como
336 titular e Maria Elizabeth Santana Borges como suplente. Deliberação pela recomposição da
337 comissão; incorporação das conselheiras Francieli Borsato como titular e Maria Elizabeth
338 Santana Borges como suplente, em substituição às conselheiras Dilma Franklin e Priscila
339 Cordeiro. D) Recurso Administrativo - Manifestação Jurídica Nº 28/2021-V (Empresa M.M.S Limpeza
340 em Prédios e em Domicílios Eireli/MACSERV MANUTENÇÃO E SERVIÇOS). Trata-se de recurso

341 de pessoa jurídica. Apresentada manifestação jurídica elaborada por Vitor Alencar sobre o pleito da
342 profissional. A análise jurídica ratifica a decisão do Cress BA que em primeira instância não julgou
343 precedente que o teor da demanda não se relaciona com o Serviço Social. Deliberação do conselho pleno
344 do CFESS foi pela aprovação da Manifestação jurídica e encaminhamento do posicionamento para a
345 profissional recorrente e também ao referido Regional. E) Informes: 1. GT Voto on-line. Ratificada
346 a distinção entre o voto online e a Comissão Eleitoral para a Seccional de Campinas. Contudo,
347 as demandas se relacionam e têm sido tratados no mesmo âmbito. Recupera como tem sido o
348 processo eleitoral em Campinas, cuja votação iniciará em 22 de junho de 2021, no qual espera-
349 se o quórum estabelecido, cujo tratamento da base de dados incidiu na redução do número. O
350 GT do Voto online realizou uma reunião inicial entre as empresas prestadoras de serviços
351 envolvidas em que foram apresentadas as demandas com plano de ação com definição de um
352 calendário semanal que serão realizadas até a eleição. Apontado um problema relacionado a
353 lista de votantes e para sua resolução o Cfess realizou uma reunião extraordinária para tratar
354 desse assunto com a Infolog (plataforma online), Perfect (auditoria) e Implanta (Sistemas). Fez-
355 se algumas adequações para a dita “higienização” da base de dados com o suporte do Cress SP,
356 que contribuiu com o envio da lista de profissionais aptos para votar. Haverá reunião no dia 15
357 de junho de 2021 para repassar todo o passo-a-passo para o êxito da votação, cujo acesso se
358 dará por link enviado por e-mail e também por SMS pelo número de celular. Aprendizados do
359 processo, mas fala que cada vez mais o Cfess tem centralizado processos administrativos como
360 foram o voto online, o DIP e Sistema Implanta, mas que temos que garantir as particularidades
361 das expertises entre Cfess e Regionais. 2. CPTransparência. Informam sobre orientação par
362 aprimoramento das ações em torno da transparência, dentre eles, o cuidado do registro com as
363 memórias e que esse acúmulo foi apresentado em reunião agendada com o corpo da Diretoria
364 que compareceu para partilhar os encaminhamentos e ações realizadas, bem como requer as
365 contribuições e sugestões por parte de cada Comissão. Na sequência, a assessoria de
366 Comunicação apresentou o fluxo para a alimentação e acompanhamento do Portal da
367 Transparência, que requer participação de todas as áreas e funcionárias/os do Cfess. Recupera
368 que foi levada para a CPT uma demanda por mais profissionais nesse processo de
369 monitoramento, há alguns nomes hoje responsáveis, mas que precisa ser adensando, sobretudo
370 com esse redesenho e refinamento dos processos. 3. GT Sistemas (cronograma de Treinamento/
371 Apresentação dos módulos da Sisdoc.net e Processos.net). Informam sobre a realização de
372 informação enviada por meio da Comunicação Interna 17/2021 de 21/05/2021 a agenda e
373 designação de participantes nos treinamentos (funcionárias/os) e na apresentação (conselheiras)
374 dos módulos Sisdoc e Processos. 4. Projeto CFESS na Estrada. Informam sobre a reunião
375 realizada no dia 30/04/21 para avaliação do projeto “Cfess na Estrada”. Avaliam que na
376 modalidade virtual o projeto seria desconfigurado. Foi discutida a viabilidade de desenvolver
377 um outro projeto também com o objetivo de orientação, porém com uma configuração diferente
378 e adaptada para o meio remoto, com novos critérios e carga-horária. Foi indicado atualizar os
379 materiais para subsidiar as novas gestões dos regionais. O encaminhamento foi a apresentação,
380 em data a ser definida, de projeto de orientação aos CRESS para o período em que perdurar a
381 Pandemia. O ponto de pauta seguinte se refere ao Conselho Fiscal. Realizada a leitura e
382 explicação dos pareceres conforme seguem expostos: **PARECER DO CONSELHO FISCAL**
383 **CFESS Nº 012/2021**, de abril de 2021, sendo considerado as informações contidas no Relatório
384 Contábil CFESS nº 05/2021, emitido pela assessoria contábil desta autarquia, assim, o Conselho
385 Fiscal do CFESS, em reunião realizada por meio de ambiente virtual, manifesta-se favorável à
386 aprovação do balancete CFESS referente ao período de 01/01/2021 a 30/04/2021. Em relação
387 as contas do Cfess também foi apresentado o **PARECER DO CONSELHO FISCAL CFESS**
388 **Nº 015/2021 que foi subsidiado pelas** informações contidas no Relatório Contábil CFESS nº
389 06/2021, assim, em reunião realizada por meio de ambiente virtual, manifestou-se favorável à

390 aprovação do balancete CFESS referente ao período de 01/01/2021 a 31/05/2021 (maio de
391 2021). Na sequência, o Conselho Fiscal do CFESS, após exame das peças e considerando os
392 relatórios da assessoria contábil desta entidade, apresenta o **PARECER DO CONSELHO**
393 **FISCAL CFESS Nº 013/2021, onde** se manifestou favoravelmente à aprovação dos balancetes
394 do 4ª trimestre dos seguintes Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS: CRESS 13ª –
395 PB: Relatório Contábil nº 37/2021; CRESS 16ª-AL: Relatório Contábil nº 31/2021; CRESS 17ª
396 – ES: Informação Contábil nº 03/2021; e CRESS 25ª – TO: Relatório Contábil nº 30/2021. Do
397 mesmo modo, apresentou o **PARECER DO CONSELHO FISCAL CFESS Nº 014/2021,**
398 **onde** posicionou manifestação favorável a aprovação dos balancetes do 1ª trimestre de 2021,
399 dos seguintes Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS: CRESS 1ª – PA: Relatório
400 Contábil nº 39/2021; CRESS 2ª – MA: Informação Contábil nº 05/2021; CRESS 3ª- CE:
401 Relatório Contábil nº 38/2021; CRESS 5ª – BA: Relatório Contábil nº 34/2021; CRESS 6ª –
402 MG: Relatório Contábil nº 32/2021; CRESS 7ª – RJ: Relatório Contábil nº 35/2021; CRESS
403 12ª – SC: Relatório Contábil nº 40/2021; CRESS 19ª – GO: Relatório Contábil nº 42/2021;
404 CRESS 20ª – MT: Informação Contábil nº 04/2021 e CRESS 23ª – RO: Relatório Contábil nº
405 36/2021. Feitas todas as explicações devidas, o Conselho Pleno aprovou todos os pareceres
406 aprovados pelo Conselho Fiscal. **Encaminhamentos:** publicação no site do Cfess.
407 O ponto seguinte foi a Comissão de Orientação e Fiscalização. a) Informe sobre o recebimento
408 do Ofício nº 36/2021 do Cress-Ba, que solicita análise da Cofi/ Cfess em relação à situação
409 identificada pela Cofi naquela jurisdição que reportam dúvidas quanto à possibilidade dos/as
410 Assistentes Sociais atuarem de forma autônoma, considerando o caráter de profissional liberal
411 do/a Assistente Social. A consulta versa especialmente sobre a oferta de serviços/ atendimentos
412 de forma autônoma à população, através de escritórios próprios ou mesmo vinculados às
413 instituições, como clínicas sociais, por exemplo, sem vínculos empregatícios com as mesmas.
414 Debatido o conteúdo da consulta. Deliberação de resposta ao ofício; aprofundamento do debate
415 no âmbito da Comissão de orientação e fiscalização do CFESS; avaliar possibilidade de
416 discussão em plenária nacional. B) Acordo Técnico de Cooperação com Ministério Público do
417 Trabalho (MPT) - Parecer Jurídico 03/2021 – E. Informada a reunião ocorrida entre as
418 comissões de orientação e fiscalização e de formação profissional, que analisaram o Parecer
419 Jurídico nº 03/2021 de lavra da assessora Erika Medeiros, conforme encaminhamento do
420 Conselho Pleno de abril de 2021. O referido Parecer tratou do Acordo de Cooperação Técnica
421 com o MPT sobre o tema de estágios. Explicado que o MPT introduziu algumas alterações para
422 a renovação do Termo, sendo que algumas dessas alterações não foram acatadas pelo Cfess.
423 Foi encaminhado de Ofício ao MPT apontando as divergências e solicitando a manutenção
424 dos termos anteriores. A deliberação do conselho pleno do CFESS foi por acatar o parecer
425 jurídico 03/2021 – E. Fica aprovada a renovação do Acordo de Cooperação Técnica entre o
426 Cfess e o MPT caso sejam incorporadas as sugestões do Cfess para manutenção das cláusulas
427 anteriores. C) Reunião com a ASSPI- Brasil. Informado convite da Associação de Assistentes
428 Sociais e Psicólogos dos TJs – Brasil, que solicitou agenda com o Cfess para tratar sobre Estágio
429 de Pós-Graduação no SS, modalidade que vem implementada em órgãos do sistema de justiça
430 e que vem sendo questionado. No momento está em elaboração um Parecer Jurídico a ser
431 debatido no conselho pleno do CFESS. A deliberação foi pela participação em reunião com a
432 AASPI para 17/6, às 16h com a participação das conselheiras Maria, Carla, Ruth e assessoras
433 Érika e Cristina. D) Parecer Jurídico sobre estágio de Pós-Graduação. Informado que se
434 encontra em elaboração Parecer Jurídico sobre o tema, elencados os elementos para análise e
435 enfatizado que a discussão foi iniciada em 2018, incluindo fiscalização por parte dos CRESS.
436 A Cofi/ Cfess produziu o levantamento das informações e sistematizou os achados. Na ocasião
437 também fora identificada uma ação judicial que tramitava no STF, ainda sem julgamento, que
438 questionava a pertinência dessa modalidade nos cursos de Direito. Os elementos levantados até

439 então indicam que se trata de trabalho e não de formação, elementos que devem ser
440 aprofundados do ponto de vista da regulamentação da profissão, assim como do ponto de vista
441 político e jurídico. A deliberação do conselho pleno foi concluir a elaboração do Parecer
442 Jurídico; incluir a discussão do tema como ponto de pauta da reunião com a Abepss, responder
443 à consulta do TJ-BA com os elementos até então discutidos. O ponto seguinte se relaciona à
444 Comissão de Ética e Direitos Humanos. A) Projeto de apoio aos Cress. Informado sobre o
445 debate com os Cress em relação à retomada da tramitação de processos éticos por meio remoto,
446 sendo identificadas dificuldades operacionais para adaptação ao meio remoto; os processos até
447 então tramitam em meio físico o que exigirá a organização de toda uma infraestrutura
448 necessária, a exemplo da digitalização aos processos; contratação de plataformas confiáveis.
449 Explicitada compreensão de que é preciso estruturar os Cress para a retomada a partir de
450 outubro, data prevista na Resolução que dispôs sobre a retomada da tramitação dos processos
451 éticos nos regionais. A Comissão indica a possibilidade de o Cress repassar apoio financeiro,
452 destinado à estruturação dos Regionais, sendo indicado que os recursos poderão ser deslocados
453 do projeto Ética em Movimento, suspenso para 2021. A deliberação foi pela aprovação da
454 proposta do apoio financeiro; encaminhamento das providencias necessárias por parte da
455 Comissão; envio e ofícios aos Cress, consultando quais os recursos necessários à adequação
456 necessária; realização de estudos e apresentação de propostas da CEDH no próximo Pleno. B)
457 Recomposição da comissão para o seminário criança e adolescente. Informada a necessidade
458 de recomposição em função do afastamento de conselheiras/o Agnaldo Knevitiz, Daniela Möller
459 e Dilma Franclin. A deliberação foi pela aprovação da recomposição; Conselheira Kelly assume
460 a titularidade, conselheiras Mauricleia Soares e Elaine Pelaez se inserem na comissão; atuação
461 das assessoras Adriane e Zenite na Comissão; inserção de um funcionário administrativo a ser
462 indicado posteriormente; envio de
463 ofício ao Cress 11ª Região/PR, solicitando indicação de dois conselheiros/as e um suplente para
464 compor a comissão organizadora; Emissão de Portaria com a composição da comissão
465 organizadora. C) PARECER JURÍDICO nº 22/21. ASSUNTO: Oposição ao Julgamento Virtual
466 do Recurso Ético CFESS nº 06/20 - Alegação de desconhecimento de denúncia e do processo.
467 Deliberação: Acatado o Parecer. Encaminhar cópia ao CRESS da 6ª Região, as denunciantes, a
468 denunciada Nayara Leão Machado e sua patrona constituída. D) Parecer Jurídico 26/21.
469 Assunto: Questionamento sobre o critério de designação do CRESS desaforado – Denúncia
470 Ética CFESS nº 01/21 de origem do CRESS da 5ª Região (BA) desaforada para a jurisdição do
471 CRESS da 17ª Região (ES). Deliberação: Encaminhamento: Acatado o Parecer. Encaminhar ao
472 Cress –ES e ao Cress-BA. E) Parecer Jurídico 27/21. Assunto: Desaforamento CFESS nº 03/21
473 de denúncia protocolizada diretamente no CFESS. Impedimento do CRESS processar e julgar
474 a denúncia – Impossibilidade do processamento da denúncia pelo CFESS, tendo em vista que
475 é de sua atribuição legal funcionar como instância recursal. Deliberação: Acatado o Parecer.
476 Determinar o desaforamento para o CRESS da 17ª Região (ES), onde já se encontra outra
477 denúncia em processamento contra a mesma profissional denunciada. Encaminhar cópia ao
478 denunciante, à denunciada e ao CRESS-BA. F) Parecer Jurídico 28/2. Assunto: Pedido de
479 Desaforamento CFESS nº 04/21 de denúncia protocolado perante o CRESS da 21ª Região -
480 Arguição de impedimento do CRESS processar e julgar a denúncia. Deliberação: Acatado o
481 Parecer. Determinar o desaforamento para o CRESS da 20ª Região/ MT. Encaminhar ao
482 CRESS-21ª/MS e ao CRESS- 20ª/ MT. G) Parecer Jurídico 29/21. Assunto: Pedido de
483 Desaforamento CFESS nº 05/21 de denúncia protocolizada perante o CRESS da 21ª Região –
484 Arguição de impedimento do CRESS processar e julgar a denúncia. Deliberação: Acatado o
485 Parecer. Determinar o desaforamento para o CRESS da 20ª Região/ MT. Encaminhar ao
486 CRESS-21ª/MS e ao CRESS- 20ª/ MT. O ponto a seguir foi a Comissão de Formação
487 Profissional. A) Fórum Nacional de Formação e Trabalho com qualidade em Serviço Social.

488 Informado que as duas últimas reuniões do Fórum foram canceladas. A próxima ocorrerá em
489 18/6. B) Residências em Saúde: apresentação do e-book da CTEIPCS. Câmara Técnica de
490 Estudos Integrados sobre Participação e Controle Social (CTEIPCS/CNS) apresenta a
491 publicação de e-book da CTEIPCS, contendo pesquisas relacionadas a 14 eixos, dentre os quais
492 o eixo da Residência. A representação do Cfess no CNS está participando da organização do
493 eixo da Residência. C) 3ª Reunião da Coordenação Nacional de Entidades em defesa da
494 Educação Pública e gratuita (Conedep) e Encontro Nacional em Defesa da Educação (ENE).
495 Reunião da Conedep e Encontro Nacional em Defesa da Educação. Sobre o 4º ENE, a discussão
496 indicou o seu cancelamento na modalidade presencial. Indicativo de elaboração de um texto
497 com as justificativas, resgate dos conteúdos e encaminhamentos dos encontros anteriores e
498 organização de jornada de lutas, com plenárias estaduais e uma plenária nacional no segundo
499 semestre. Encaminhamento de levar a discussão desse ponto para a reunião com a Abepss. D)
500 Divulgação do texto sobre Supervisão. Informado que divulgação do texto Supervisão de
501 Estágio em Tempo de Pandemia: reflexões e orientações político-normativas no site do Cfess e
502 nas redes sociais (facebook, instagram) já está em curso. E) Reunião com Abepss. Informada
503 previsão de ocorrer reunião em 24 de junho de 2021 e a pauta sugerida: Conedep; Estágio pós-
504 graduação; Criação do curso de serviço social na UEMS; serviço social na Educação. A pauta
505 seguinte foi a Comissão de Relações Internacionais. A) Informada a análise do documento
506 produzido pelo grupo sobre a participação do CFESS nas relações internacionais e a data da
507 reunião, 23 de junho de 2021. Deliberação de construir matéria sobre a participação do Cfess
508 nas RI. B) Processo eleitoral FITS. Informe do processo eleitoral para representação do Cfess
509 na Fits/ALC. A atual representante do Cfess não pretende continuar na representação, mas
510 entende que é importante a permanência do Cfess, em virtude do referencial de SS crítico.
511 Indicada a realização de diálogo com a presidenta da Fits, Silvana Martinez. A próxima pauta
512 se refere a Comissão de Seguridade Social. A) Conselho Nacional de Saúde e Fórum Nacional
513 de Entidades de Trabalhadores da Saúde - FENTAS. Informadas discussões e proximidade das
514 Eleições do CNS 2021, que será pauta de discussão no FENTAS. A deliberação foi pela
515 indicação da conselheira Ruth Bittencourt para a comissão eleitoral do CNS, como uma das
516 representantes do segmento de profissionais de saúde. Informada realização de reunião da Mesa
517 Diretora do CNS com Ministro da Saúde. A representação do CFESS destacou a pauta das
518 vacinas, com a defesa de Vacina já para todas as pessoas no SUS, aceleração da vacinação,
519 compra de maior quantidade de doses e atenção aos segmentos da sociedade com maior
520 dificuldade de acesso e concretização do direito à vacina. Outros pontos foram debatidos na
521 reunião, como: controle social e relatório da 16ª (8ª+8), Defesa do SUS e setor público;
522 flexibilização/quebra das patentes, kit intubação e contra o tratamento precoce; financiamento
523 (EC 95, R\$168,7 bi em 2021; PAS); necessidade de coordenação nacional do enfrentamento à
524 pandemia em articulação com estados e municípios. B) Eleições Conanda. Informado que a
525 Assembleia Eleitoral do CONANDA ocorreu em 27/05/2021 com a participação de Magali e
526 Agnaldo (eleitor/a titular e suplente). O CFESS foi eleito como entidade para titularidade. A
527 indicação de Magali Regis como conselheira titular representante do CFESS no CONANDA
528 ocorreu dia 02/06/2021, após debates na comissão de seguridade social e por e-mail que
529 apontaram a indicação de Magali por maioria. Registrados agradecimentos a Magali e Agnaldo,
530 enviados por ofício. E agradecimento a Sandra Sampe, Zenite Boguea e Dacia Teles pelo
531 acompanhamento. A deliberação do conselho pleno do CFESS foi referendar a indicação da
532 assistente social Magali Regis Franz como conselheira titular representante do CFESS no
533 CONANDA. Diálogo constante com as representações e encaminhamento de memórias das
534 reuniões do Cfess para conhecimento das representações. C) Benefício de Prestação continuada
535 BPC, Medida Provisória - MP 1023/20 e Projeto de Lei de Conversão - PLV 10/21- ações
536 políticas. Informado que em 28/05/2021, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei de

537 Conversão (PLV) nº 10/2021, derivado da Medida Provisória nº 1023/2020, que altera a Lei nº
538 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e trata do critério de renda para fins de
539 acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Explicado que o texto final do PLV, que
540 segue para sanção do presidente da República, estabelece: condicionantes e parâmetros
541 excludentes e limitadores para flexibilização de teto de renda per capita, que se enquadre entre
542 igual ou maior que 1/4 e menor ou igual a meio salário-mínimo; alterações referentes ao atual
543 modelo de avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência, utilizado no processo de
544 reconhecimento de direito ao BPC. Além disso, verifica-se ingerência em atribuições privativas
545 de assistentes sociais, com relação ao processo de avaliação para acesso ao benefício. A
546 interferência na atribuição profissional de avaliação social é inadmissível, especialmente
547 porque tem impactos negativos na qualidade dos serviços prestados e no acesso aos benefícios
548 e direitos de usuários/os. Explicitadas as ações e linha política pensada inicialmente: 1. dar
549 continuidade às análises sobre questões jurídicas e técnicas sobre a avaliação social; 2. focar
550 desmonte da política, retrocesso no modelo de avaliação e restrição de direito, colocando a
551 teleavaliação nesse contexto; 3. Elaboração de nota ou documento curto e objetivo sobre a
552 questão, colocar nossa posição e auxiliar nos diálogos externos; 4. Realizar ampla divulgação
553 da nota, junto a movimentos, entidades, fóruns/frentes/conselhos e CRESS. Levar esta pauta
554 aos espaços de representação do CFESS em conselhos, fóruns e frentes; dialogar com
555 FENASPS, Comissão Nacional de Assistentes Sociais, mandatos parlamentares, assistentes
556 sociais de referência na pauta do INSS, movimentos, entidades de pessoas com deficiência,
557 Ministério Público do Trabalho; contribuir nas ações pensadas na COFI, como na Audiência
558 Pública agendada na Câmara Federal, em debates sobre autonomia profissional e teleavaliação;
559 avaliar estratégias, como Ação Direta de Inconstitucionalidade e outras. Encaminhamentos de
560 diversas reuniões de articulação e incidências, com a representação das conselheiras Elaine
561 Pelaez, Maria Rocha, Lylia Rojas e Alessandra Dias nestas atividades. D) Assistência Social –
562 Ações para Conferência Nacional. Realizados informes sobre envio de ofícios aos CRESS com
563 informe do processo conferencial; criação de grupo de whatsapp com os regionais ainda em
564 processo e não concretizada; apresentada novamente proposta de atividades mobilizadoras para
565 a Conferência. A Comissão considerou a importância de retomar esta pauta para alinhar a
566 proposta, em virtude das diversas proposições recebidas por e-mail. A deliberação foi a
567 aprovação do formato e dos convidados para os debates ao vivo – “lives”, vídeos e textos; E)
568 Representações – necessidade de recomposição. Indicada a assistente social Marta Aragão
569 como representante do CFESS no FNTSUAS, em substituição ao conselheiro Aginaldo Knevitcz.
570 A deliberação do pleno foi pela aprovação da indicação e encaminhamento do convite. F)
571 Telessaúde. Informado que o Cfess recebeu convite da Associação Brasileira de Telemedicina
572 e Telessaude ABTms, para reunião com a Frente Parlamentar Mista de Telessaude (presidida
573 pela deputada Adriana Ventura- Novo/SP) para debater o futuro da telessaude no Brasil e quais
574 as recomendações podem sugerir para inserção em nova legislação e nas políticas públicas para
575 melhor atender ao SUS”, dia 14/06/21. A deliberação foi: Encaminhar ofício sobre essa pauta
576 para conhecimento do CNS, FENTAS e FCFAS; responder com ofício com justificativa de
577 ausência e indicação de que convidem CNS, haja vista função de discussão e deliberação sobre
578 políticas de saúde; Discussão sobre as repercussões para o trabalho profissional através da
579 COFI. Ponto de pauta encerrado às 20:30, com o encaminhamento do item Lei da Educação –
580 Observatório para dia seguinte, em virtude do horário. No dia 13 de junho de 2021 o conselho
581 pleno teve início às 10 horas. Tratou-se da pauta da Lei da Educação – Observatório. Foram
582 realizados informes das ações da Coordenação Nacional e trazidos elementos sobre a proposta
583 de organização do Observatório da Lei da Educação, conforme proposta encaminhada por e-
584 mail pela conselheira Kenia Figueiredo. Explicitada a necessidade de contratação de uma
585 profissional com um perfil voltado para pesquisa, que tenha facilidade em alimentar bancos de

586 dados, lidar com site e familiaridade com o tema da lei 13935, não necessariamente assistente
587 social; trata-se de ação que busca articular experiências de produção e ser referência para quem
588 trabalha na educação básica. A forma de seleção e contratação atenderia as possibilidades do
589 conselho/autarquia, em diálogo com assessoria jurídica e diretoria executiva. A deliberação do
590 criar um grupo com representações das 3 comissões que acompanham a pauta - formação
591 profissional, seguridade social e cofi, para delimitar o perfil profissional; complementar o
592 projeto com justificativa, objetivos e perfil; organização de um grupo pra pensar os termos da
593 contratação de profissional, composto por Kenia, Eunice, Dacia, Lucas e assessor Vitor;
594 aprovada a criação do Observatório da Lei da Educação e a contratação de profissional com um
595 perfil voltado para pesquisa, que tenha facilidade em alimentar bancos de dados, lidar com site
596 e ter familiaridade com o tema da lei 13935/2019. Em seguida foram tratados os pontos de pauta
597 relacionados à Diretoria Executiva. Como há previsão na pauta o debate do Acordo Coletivo
598 do Trabalho (ACT) 2021-2022 foi definida alteração na ordem dos pontos, pois não contará
599 com a presença de funcionárias no momento. A) Convites. Foi iniciado o debate sobre o aceite
600 do Cfess aos convites com definição de parametros para aceite, assim, quando da chegada é
601 possível responder uma parte deles com a recusa e informação da impossibilidade e demais
602 remeter para apreciação. Para os aceites, cabem as conselheiras considerar os seguintes
603 parâmetros: a) Estar vinculadas as nossas prioridades e princípios; b) abrangência nacional; c)
604 necessidade de articulações/fortalecimento político; e) Apoio/fortalecimento dos CRESS.
605 Também foi indicado que quando há prévio contato com determinada conselheira, que quando
606 da formalização que já venha nomeado com a diretora que foi previamente convidada. Outro
607 encaminhamento se refere a antecedência com que recebemos os convites, assim, aqueles que
608 chegarem com três dias prévias a data do evento, que serão recusados caso não venha com nome
609 de referência para prévio contato. B) Revisão do calendário de reuniões do conselho pleno. A
610 deliberação do conselho pleno foi a aprovação da alteração das datas dos plenos e calendário
611 de análise dos balancetes, conforme a seguir: Mês de referência dos Balancetes: junho; Plenos
612 agendados: não agendado; prazo da ata: 10/08; Prazo do conselho fiscal: 24/06; proposta de
613 pleno: 24/07. Mês de referência dos Balancetes: julho; Plenos agendados: 12 a 15/08; prazo da
614 ata: 10/08; Prazo do conselho fiscal: 19/08; proposta de pleno: 19 a 22/08. Mês de referência
615 dos Balancetes: agosto; Plenos agendados: 02 a 05/09; prazo da ata: 10/09; Prazo do conselho
616 fiscal: 17/09; proposta de pleno: 17 a 19/09. Mês de referência dos Balancetes: setembro; Plenos
617 agendados: 28 a 31/10; prazo da ata: 10/10; Prazo do conselho fiscal: 28/10; proposta de pleno:
618 28 a 31/10. Mês de referência dos Balancetes: outubro; Plenos agendados: 18 a 21/11; prazo da
619 ata: 10/11; Prazo do conselho fiscal: 28/11; proposta de pleno: 18 a 21/11. Mês de referência
620 dos Balancetes: novembro; Plenos agendados: 09 a 12/12; prazo da ata: 10/12; Prazo do
621 conselho fiscal: 16/12; proposta de pleno: 16 a 19/12. C) Ressarcimento de algumas despesas
622 de conselheiras. De acordo com a Resolução 446/2003, a tesouraria propõe uma organização
623 de fluxo para solicitação de ressarcimento de despesas de conselheiras por ocasião de atividades
624 do Cfess ou de sua representação. Trata-se de itens que não estão previstos na resolução de
625 ressarcimentos, mas considerando o momento da pandemia que envolve infraestrutura
626 relacionados as TICs, como pagamentos de wifi, conserto de computadores. Desse modo, foi
627 apresentada a proposta de instrumento de solicitação de ressarcimento adequado ao momento
628 da pandemia. As possibilidades de ressarcimento são as descritas a seguir: 1. as despesas com
629 alimentação e traslados a serviço do CFESS poderão ser ressarcidas no valor diário de até R\$
630 140,00 (cento e quarenta reais) - o pedido de ressarcimento deverá ser acompanhado de recibo,
631 cupom ou nota fiscal. 2. As despesas oriundas de utilização de internet e de telefone celular
632 poderão ser ressarcidas no valor mensal de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) - o pedido de
633 ressarcimento deverá ser acompanhado por conta com a devida marcação e justificativa. 3. As
634 despesas oriundas de consertos de computadores e demais equipamentos que estiverem sendo

635 utilizados para participação de reuniões do CFESS, poderão ser ressarcidos mediante
636 apreciação e deliberação do Conselho Pleno do Cfess - o pedido deverá vir acompanhado de
637 justificativa e de nota fiscal. A deliberação foi pela aprovação do fluxo proposto. Sobre o item
638 1 e 2, as tesoureiras verificarão com Vitor sobre a periodicidade e o valor (diário ou mensal).
639 Sobre o item 3 as conselheiras verificarão com Vitor sobre o teto do valor do pedido de
640 ressarcimento de consertos diversos. As tesoureiras verificarão os fluxos e os formulários e
641 enviarão uma Comunicação interna. C) Atualização cartão CNPJ do Cfess. Foi explicada a
642 necessidade de aprovação sobre a alteração do endereço do Cfess. A deliberação foi: aprovada,
643 pelo Conselho Pleno, a alteração do endereço fiscal do CFESS para a SHS Quadra 06 Bloco E
644 – Complexo Brasil 21 – 20ª. Andar, Cep: 70.322 – 915 – Brasília – DF para alteração dos dados
645 junto à Receita Federal; enviar o extrato da ata do pleno com a assinatura da presidente e
646 registrada em cartório e, posterior, envio para a ATA CONTABILIDADE que providenciará a
647 alteração junto à Receita Federal. D) Comissão Organizadora da Plenária Nacional. A comissão
648 organizadora da Plenária Nacional, apresentou uma proposta de metodologia para a realização
649 da Plenária Nacional e do instrumental/formulário a ser enviadas aos Cress, conforme
650 documento anexo. A deliberação do conselho pleno foi a aprovação da estrutura apresentada de
651 metodologia para a realização da Plenária Nacional e do instrumental a ser enviado aos Cress;
652 enviar a proposta para as comissões sobre a metodologia da Plenária Nacional para avaliarem
653 e proporem suas sugestões, com devolutiva até o dia 24/07 ou por e-mail, a depender da
654 alteração do calendário proposto pela comissão organizadora; indicar a alteração do Calendário
655 apresentado, conforme indicação do pleno e enviar para as comissões; estudar tecnologias
656 participativas de forma remota, como por exemplo, o “*mentimeet*”, para avaliação da atividade
657 e *PADLET* que cria o mural interativo no grupo. E) Comissão Organizadora do CBAS. Foram
658 realizados informes sobre a última reunião ocorrida com CFESS, Abepss e Enesso, tendo a
659 presença da empresa Alvo Eventos. São debates a serem aprofundados pelas entidades. A
660 deliberação foi que a Comissão Organizadora deve avaliar a utilização dos recursos financeiros
661 existentes no Fundo CBAS (saldo positivo de eventos anteriores); o CFESS avaliará
662 possibilidade de aporte financeiro do seu orçamento para o evento (viabilidade financeira e
663 jurídica) e a proposta de data, considerando a realização das eleições gerais e do Encontro
664 Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, que ocorre no mesmo ano. A próxima
665 reunião ocorrerá em 22/06 às 18h. F) Solicitação de licenças e reordenamento da gestão. A
666 Secretaria informou o recebimento de solicitação de afastamento temporário das conselheiras
667 Dilma Franclín, por 90 dias, e Daniela Möller por 120 dias, por motivo de saúde. A deliberação
668 foi a aprovação das solicitações. Como afastamento da conselheira Daniela Möller (2ª
669 secretária) a conselheira Elaine Pelaez, 1ª suplente, assume o cargo temporariamente. Com o
670 afastamento da conselheira Dilma Franklin (suplente) será feito o reordenamento das
671 suplências. G) Avaliação do Código Eleitoral. Foi apontado que as alterações a serem
672 introduzidas no Código Eleitoral necessitam de discussão do Conjunto Cfess/ Cress, sendo o
673 espaço deliberativo o Encontro Nacional, que excepcionalmente não ocorrerá neste ano. É
674 necessário estudar as possibilidades, tendo em vista que as alterações precisam ser introduzidas
675 no ano anterior à realização das eleições (2023). O GT composto por Ruth, Carla, Vitor e
676 Adriane está elaborando a avaliação do processo eleitoral 2020-2023, com vistas ao
677 aprimoramento normativo e operacional. É lembrado sobre a discussão sobre a instituição de
678 cotas na formação das chapas; a conselheira Mauricleia se coloca à disposição para compor o
679 GT e contribuir na discussão. H) Acordo Coletivo Trabalho 2021-2022 (ACT). Na proposta
680 2021 há cláusulas econômicas que se referem a recompor possíveis perdas inflacionárias e
681 crises econômicas e, tradicionalmente, são pontos de partidas na proposição do ACT;
682 instauração de Sindicância para prévia apuração de situações que podem culminar numa
683 demissão; pagamento auxílio teletrabalho e negociação da retirada do abono salarial devido a

684 sua natureza. Cumpre informar que a negociação se dará por meio de mesa com representantes
685 da diretoria e do corpo de trabalhadores com representação também do Sindicato. Com isso,
686 Elizabeth Santana Borges teceu as considerações finais e, não havendo mais o que tratar, deu a
687 mesma por encerrada às dezenove horas e vinte minutos (19h20) com agradecimento a
688 participação e qualidade dos debates realizados ao longo da jornada de quatro dias. Nada mais
689 havendo a tratar, eu, Elaine Junger Pelaez, lavrei a presente ata, que assino em conjunto com a
690 Presidenta do Conselho.

691 Brasília, 13 de junho de 2021.

692
693

Maria Elizabeth Santana Borges
Presidente

Elaine Junger Pelaez
2ª Secretária